

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. ---

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados António Carlos de Sousa Pinto, Sofia Manuela Moreira Leal, Vítor Jorge Carvalho Soares. -----

-----O senhor deputado, António Carlos de Sousa Pinto, do Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria Goreti Pinto Moreira. -----

-----A senhora deputada, Sofia Manuela Moreira Leal, do Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Artur Figueiredo Alves Costa. -----

-----O senhor deputado Vítor Jorge Carvalho Soares, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Bruno Moreira Teixeira. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. --
O senhor 2º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura da correspondência, moções, votos de louvor e votos de pesar entrados na mesa: -----

-----1 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----" VOTO DE LOUVOR -----

-----A Coligação Penafiel Quer propõe um voto de louvor ao Senhor Sebastião Ribeiro, pela colaboração prestada ao Município de Penafiel e ao seu Museu Municipal, designadamente através da oferta de todo o fardamento para os funcionários daquele emblemático equipamento Municipal."-----

-----2 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor: -----

-----" VOTO DE LOUVOR -----

-----Atenta a relevante prestação dos atletas penafidelenses Diogo Rodrigues, de 9 anos de idade, que se sagrou campeão nacional de Light Contact, no Campeonato Nacional de Muay Thai, que decorreu

Ata Sessão 26-02-2016

em Faro nos passados dias 5 e 6, e Joalina Ferreira, de 15 anos, vice-campeã de Kick Ligh pelo segundo ano consecutivo na mesma prova, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àqueles atletas pelo excelentes resultados conseguidos."-----

-----3— Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal o Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:-----

----- " VOTO DE LOUVOR-----
-----Atendendo à brilhante prestação desportiva da atleta Rosa Madureira, da secção de atletismo do F. C. Penafiel; ao sagrar-se, pela quarta vez, campeã nacional da maratona, em prova que decorreu no Funchal, proponho à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àquela atleta."-----

-----4 — Voto de louvor apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:-----

-----" VOTO DE LOUVOR -----
-----Atenta a relevante prestação da Escola de Dança Merenguita no Campeonato Nacional das 10 Danças, que decorreu em Carcavelos, no passado dia 12, com a obtenção dos 3.º, 2.º e 1.º lugares, nas modalidades de Danças Modernas e Danças Latinas, pelo pares João Pedro Rocha e Barbara Mendes, e Hugo Romano e Carla Pinto, proponho à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àqueles atletas pelos excelentes resultados obtidos."-----

-----5 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR-----
-----José Aires de Sousa, mais conhecido por "Zéquinha da Farmácia", faleceu no dia 3 de fevereiro de 2016.-----

-----Natural de Penafiel completou a 4.ª classe na Escola Primária do Conde Ferreira de onde saiu para trabalhar na "Farmácia Confiança" que à data pertencia ao avô daquela que viria a ser a sua mulher. Aí fez um longo percurso, começando como ajudante técnico de 3.ª, de 2.ª e de 1.ª, recebendo a cédula profissional de técnico de farmácia em 13 de abril de 1962. Até aos 83 anos manteve contacto com a farmácia, onde esteve sempre presente.-----

-----Este penafidense desempenhou relevantes funções na vida associativa penafidense com especial relevância no Futebol Clube de Penafiel. Na atividade profissional, na farmácia, era um homem totalmente disponível para servir todos os que o procuravam para a prestação de cuidados de saúde.-----

-----Pelo exposto propõe-se a aprovação de um voto de pesar e que deste seja dado conhecimento à respetiva família."-----

-----6 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 3 de fevereiro, da ilustre e reputada figura da sociedade penafidense, José Aires de Sousa, de 83 anos de idade. -----

-----José Aires de Sousa, o "Zequinha da farmácia", nasceu a 27 de junho de 1932 na freguesia de Penafiel. -----

-----Para além de reconhecido profissional e conceituada figura pública, nutria uma forte ligação às associações culturais sociais e desportivas da cidade: Foi membro dos órgãos diretivos da Assembleia Penafidense, dos Bombeiros Voluntários de Penafiel e da APADIMP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DIMINUÍDOS MENTAIS DE PENAFIEL. -----

-----Destacou-se pela sua ligação ao Futebol Clube de Penafiel, seu clube de coração, onde foi, durante muitos anos, massagista e dirigente. -----

-----Como profissional o "Zequinha da farmácia", como era afetivamente tratado por todos que com ele interagiam, foi um distinto profissional, de reconhecida competência e de extrema dedicação. Era um confidente e conselheiro a quem todos recorriam quando tinham um problema de saúde. -----

-----Era uma pessoa afável, amigo do seu amigo, e senhor de uma serenidade e "sorriso matreiro" extraordinário. -----

-----Pelo seu carácter de grande humanista, pela sua integridade, pela sua ação em prol do concelho e pelo seu percurso, legado e exemplo de vida a Assembleia Municipal de Penafiel reunida no dia 26 de fevereiro de 2016, endereça um Voto de Pesar a toda a família do concidadão José Aires de Sousa, a quem enviamos as mais profundas e sinceras condolências." -----

-----7 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 18 de Janeiro, de uma das figuras mais proeminentes da democracia portuguesa - o Dr. António Almeida Santos. -- -----

-----António Almeida Santos nasceu a 15 de fevereiro de 1926, em Cabeça, no concelho de Seia. Começou o seu percurso académico na Universidade de Coimbra onde se formou em Direito. Desde muito cedo mostrou a sua apetência pela Democracia e pela defesa dos Direitos Humanos, lutando continuamente contra o regime fascista de Salazar. -----

-----A sua trajetória de vida e profissional como advogado teve uma fase marcante em Moçambique. Aqui, viveu mais de vinte anos até 1974 onde confrontou a ditadura fascista, defendendo vários presos políticos e exercendo, sempre, uma forte ação contra o colonialismo e pela autodeterminação dos povos africanos. -----

-----Grande político e excelente orador foi um notável legislador, devendo-se ao seu trabalho algumas das leis fundamentais da nossa democracia. É autor de mais de uma dezena de livros, muitos deles ensaios jurídicos. Desempenhou um papel determinante na primeira revisão constitucional em 1982 e novamente nas revisões de 1988-1989. Nesta última, foi eleito vice-presidente da comissão de Revisão Constitucional. -----

-----Foi membro do Conselho de Estado desde 1985 a 2005. Foi, ainda, líder do grupo parlamentar do PS entre 1991 e 1994 e presidente do PS entre 1992 e 2011. Ficou, depois da cessação do seu mandato com o título de Presidente honorário do Partido Socialista. -----

-----Foi agraciado com várias condecorações, designadamente as portuguesas Grã-Cruz da Ordem da Liberdade em 2004 e da Ordem Militar de Cristo em 2004. -----

-----Foi Deputado eleito pelo PS d l a IX Legislatura. Exerceu vários cargos governativos: foi Ministro da Coordenação Interterritorial dos I, II, III e IV Governos Provisórios, Ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório, Ministro da Justiça no I Governo Constitucional, Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro no II Governo Constitucional, Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares no VI Governo Constitucional. -----

-----Homem de fortes convicções políticas e ideológicas soube sempre, no entanto, respeitar e ser respeitado pelos seus adversários. Como Presidente da Assembleia da República soube, durante os seus mandatos, gerar consensos e entendimentos no Parlamento, granjeando assim a estima e a admiração de todos os partidos políticos. No Partido Socialista, deu corpo a muitas gerações que deram continuidade e sentido renovatório ao PS ao longo destes últimos 40 anos. É conhecido na família Socialista como um "príncipe da democracia" atendendo ao facto de ter sido um dos políticos mais presentes na história da nossa democracia e um combatente pelas liberdades públicas, antes e depois do 25 de abril, em Moçambique e em Portugal. -----

-----Era uma pessoa afável, com uma sabedoria e uma serenidade extraordinárias. -----

-----A democracia portuguesa perde, assim, um dos seus ilustres representantes O País deve muito ao político, ao Legislador, ao humanista que foi António Almeida Santos. -----

-----Pelo seu percurso, legado e exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 26 de fevereiro de 2016, endereça à família enlutada as mais sentidas condolências."-----

-----8 — Recomendação subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia da Eja, senhor António Manuel Guedes da Cunha, com o seguinte teor:-----

-----"RECOMENDAÇÃO-----

-----O Festival da Lampreia de Entre-os-Rios foi um evento criado pela Câmara de Municipal de Penafiel, no ano de 2008, na sequência de um conjunto diversificado de iniciativas que passaram pela promoção da Lampreia à Moda de Entre-os-Rios, quer em território nacional, em restaurantes e unidades hoteleiras, quer era Espanha, na vizinha Galiza. -----

-----Foi ainda a fórmula encontrada para reconhecer a importância da Lampreia, enquanto produto gastronómico de relevância e parte integrante da cultura do Lugar de Entre-os-Rios, com referências seculares da confeção do ciclóstomo naquela localidade, assim como da Freguesia de Eja e do concelho de Penafiel. -----

-----No seguimento dos sucessivos Festivais, foi notória e reconhecida por todos, nomeadamente pelos autarcas, quer da Câmara Municipal de Penafiel, desde a presidência à vereação, quer dos autarcas dos concelhos vizinhos, a importância do evento que, ano após ano, fez deslocar à zona ribeirinha de Entre-os-Rios milhares de apreciadores daquele ciclóstomo e não só. -----

-----Assim, foi com incredulidade que constatamos que, inexplicavelmente, a Câmara Municipal de Penafiel deitou por terra o esforço daqueles que, ano após ano, transformaram o Festival da Lampreia de Entre-os-Rios num dos maiores acontecimentos daquela região, só encontrando paralelo nas Celebrações das Endoenças. -----

-----Esta surpresa torna-se ainda maior, dada a existência de empresários da restauração, e respetivos restaurantes, em espera há vários anos para poderem integrar o evento, no caso da eventual desistência de algum dos empresários da restauração que ali se mantinham, há alguns anos a esta parte. -----

-----Citando o Senhor Presidente de Câmara de Penafiel Dr. Antonino de Sousa, em 2014, na abertura do VI Festival da Lampreia, em Entre-os-Rios..."Eu posso dizer-vos que na edição do ano passado, toda a lampreia existente aqui na região, esgotou por via do Festival, ou seja, além das lampreias, e foram milhares as que aqui foram servidas, no âmbito do Festival, também aqui nas imediações todas as bancas da região esgotaram, o seu produto Valsousa TV. -----

-----Disse ainda, na mesma reportagem, o Senhor Presidente da Câmara. "Este é de facto um evento muito importante que vai na sua VI Edição. Portanto, tem ainda um longo caminho a percorrer, na divulgação e na promoção da Lampreia à Moda de Entre-os-Rios, esta iguaria tão nossa, aqui da nossa região sobretudo mais do Sul do Concelho de Penafiel. Há todo um caminho ainda a percorrer". -----

-----Citando novamente o Senhor Presidente de Câmara de Penafiel, Dr. Antonino de Sousa, em 2015, na abertura do VII Festival da Lampreia, em Entre-os-Rios "Porque acreditamos nas potencialidades do nosso concelho como destino turístico de excelência, continuamos a apoiar a promoção desta gastronomia rica e única". Cit. in cm-penafiel.pt. -----

-----Citando o Senhor Vice-presidente do Turismo Porto e Norte, Jorge Magalhães, em 2015, na abertura do VII Festival da Lampreia, em Entre-os-Rios, referiu que "de acordo com o inquérito publicado pelo Turismo de Portugal, os turistas que visitaram esta região, no ano passado, o que mais apreciaram foi a gastronomia e os vinhos locais. Enquadrados nestes resultados, o VII Festival da Lampreia, em Penafiel, é mais uma excelente mostra do que melhor esta região tem para oferecer a nível turístico." Cit. in cm-penafiel.pt. -----

-----Citando ainda o Senhor Vereador com o Pelouro do Turismo, Adolfo Amílcar, em 2015, na abertura do VII Festival da Lampreia, em Entre-Os-Rios, "este ano haverá mais animação durante o festival, principalmente à noite. Para além do festival que já atrai centenas de pessoas ao município, a zona de Entre-os-Rios tem uma paisagem natural, sendo uma alavanca para que todo o concelho seja cada vez mais visitado." Cit. in cm-penafiel.pt.-----

-----Citando igualmente o Senhor Vereador com o Pelouro do Turismo, Adolfo Amílcar, em 2015 na abertura do VII Festival da Lampreia, em Entre-os-Rios, em imagens recolhidas pela Douro Verde TV, "no ano passado rondaram as três mil pessoas. Este ano, sinceramente, acho que vai ter mais gente, porque as acessibilidades estão mais favorecidas pelo estacionamento que foi criado".-----

-----Estas afirmações que ilustram a importância e o espírito que sempre norteou a organização do Festival da Lampreia de Entre-os-Rios, são afirmações que ilustram, igualmente, a perplexidade com que a região assiste a este desfecho e o contrassenso das deliberações dos decisores políticos, tendo em conta as palavras proferidas.-----

-----Neste contexto e perante as orientações que apontam para a extinção do Festival da Lampreia de Entre-os-Rios, nos moldes em que o mesmo decorria com assinalável sucesso, espartilhando-se o mesmo em iniciativas avulso e condenando-o a meras ações promocionais, confinadas ao espaço físico dos restaurantes, iniciativas essas idênticas a outras já levadas a cabo por restaurantes da região, em anos transatos e a título individual, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida em 26 de Fevereiro de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Penafiel a reedição do Festival da Lampreia, em Entre-os-Rios de forma a recuperar um dos maiores eventos gastronómicos do Concelho de Penafiel e da Região."-----

-----9 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor:-----

-----"MOÇÃO-----

-----Sobre a privatização da TAP e a eliminação de voos para o Porto-----

-----Considerando que o processo de privatização do Grupo TAP realizado pelo anterior governo é ilegal, seja pelo facto de ter dado garantias bancárias a este negócio sem cumprir os requisitos legais, seja por ter processado a venda da empresa quando já estava demitido pela Assembleia da República, e, ainda, pelo facto dos supostos «compradores» não o poderem ser à luz do direito comunitário;-----

-----Considerando que o que se exigia era a pura e simples anulação do que era nulo, retirando da TAP o grupo monopolista que tomou conta da empresa e que o Governo PSD/CDS lá meteu ilegalmente;-

-----Considerando que o Governo do PS veio agora anunciar a salvação da privatização, num negócio de contornos que não são claros, onde assume a manutenção de 50% do capital nas mãos do Estado mas abdica da gestão para o grupo económico em causa, o que não corresponde às necessidades do país nem acautela o futuro da TAP e da soberania nacional;-----

-----Considerando que estão a ser particularmente afetados os interesses do Norte, com o sucessivo cancelamento de voos de e para o Porto, o que demonstra que não basta manter a maioria do capital em

mãos públicas, dado que, embora aumente as possibilidades de controlo público das decisões tomadas pela Administração da TAP, se essa gestão continua privada e o governo afirma que não interfere nas suas decisões, os problemas não só não se resolvem como se podem agravar; -----

-----Assim, a Assembleia municipal de Penafiel na sua reunião de 26 de Fevereiro de 2016 decide: --

-----1 - Manifestar a sua preocupação com a situação existente, dados os riscos que se correm com a gestão privada da TAP, na medida em que o Grupo TAP tende a ser colocado ao serviço de uma estratégia que lhe é alheia - a que interessa aos acionistas da Gateway e que detêm outros interesses mais estratégicos para eles do que a TAP, como são exemplo as negociatas com a Azul; -----

-----As eliminações de voos a partir do Porto; -----

-----O acordo de code-share da TAP com a Azul em único benefício desta última; -----

-----O modelo anunciado de ponte aérea, numa subcontratação de serviços que indicia até onde se pretende ir na degradação da TAP. -----

-----2 - Assumir a defesa de uma TAP inteiramente pública, recapitalizada, ao serviço do desenvolvimento do país e fator de afirmação e projeção da soberania nacional e ao serviço de todo o país, exigindo a pronta intervenção do Governo, em algumas questões mais urgentes, designadamente a retoma imediata de todos os voos de e para o Porto e o fim da intenção de subcontratação de serviços regulares à OMNI/Whyte, como os previstos para a ponte aérea Lisboa-Porto, na medida em que representam uma torpe tentativa de fugir à contratação de trabalhadores com direitos. -----

-----10 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor: -----

-----"MOÇÃO -----

-----Dia Internacional da Mulher - 8 de Março -----

-----Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações. -----

-----O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social. -----

-----Ao longo de mais de um século, desde a aprovação durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga) em 1910 de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação. -----

-----Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras no mundo. -----

-----O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. -----

-----O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões. -----

-----Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: -----

-----A reposição do horário de trabalho na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, a reposição dos quatro feriados suspensos, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais. -----

-----É um caminho de avanços que importa consolidar. -----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 26 de Fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações." -----

-----Posta à votação a admissibilidade das moções, recomendação, votos de louvor e votos de pesar, apresentados foram os mesmos aprovados por unanimidade. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que, num contexto onde a problemática do desemprego ainda é matéria sensível, devia salientar-se a forma como este executivo atentava na captação de investimento privado, gerador de emprego. -----

-----No âmbito do Plano Municipal de Atração de Investimentos, era de sublinhar os recentes investimentos privados que iriam criar cerca de 400 postos de trabalho. -----

-----Em 1º lugar o Hospital Arrifana de Sousa, um investimento na ordem dos 7 milhões de euros. Se por um lado a recuperação do edifício do antigo Hospital de Penafiel era já por si só uma mais-valia, por outro, a criação de 100 postos de trabalho era mais um passo no combate ao desemprego. -----

-----Em 2º lugar, a criação do call center da ALTICE (empresa detentora da PT/MEO), da qual resultaria 250 postos de trabalho. -----

-----Em 3º lugar, a instalação de uma loja de marca multinacional de desporto, com a abertura para algumas dezenas de postos de trabalho. -----

-----De facto, era fundamental uma política que assente em projetos concretos promotores de um maior desenvolvimento para o concelho de Penafiel, uma política que desenvolva a economia da região de forma a criar emprego. -----



-----E era através de isenções fiscais que o investimento seria captado. Assim, era de registar que Penafiel via baixar o coeficiente do valor fiscal de localização do IMI, com benefícios objetivos para os proprietários de habitação e estabelecimentos comerciais, sendo que essa revisão mantinha ainda os valores do setor da indústria e serviços.-----

-----Nunca era de mais recordar que o atual executivo dava continuidade, em 2016, à taxa mínima do IMI (0,3%) e criara uma redução especial de 20% para as famílias com 3 ou mais filhos.-----

-----Na realidade, essa redução especial ajudava a colmatar assimetrias sociais, aumentando o rendimento disponível nas famílias e provava que não havia nem haveria para este executivo penafidelenses de 1a e penafidelenses de 2a.-----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que por várias vezes, naquele fórum, foram levadas pelo Partido Socialista matérias nas quais consideravam repudiável a atitude da Câmara Municipal de Penafiel.-----

-----Não menos que isso, tinha sido a atitude do Senhor Presidente da Câmara Municipal ao que foi a configuração das mesas de voto dizia respeito. Se em nada faltava com a legalidade nas diversas nomeações que fazia de cidadãos de Penafiel para membros das mesas de voto, faltava em tudo com o sentido de moral e de democracia. Não bastava discriminar as freguesias ao que ao investimento diz respeito, e já por várias vezes documentado nesta assembleia, negligenciava e discriminava também cidadãos por serem do partido A ou do partido B.-----

-----Na freguesia de Valpedre, Guilhufe-Urrô e Termas de S. Vicente não houve qualquer pejo em retirar os membros indicados pelo PS, casos em que as reuniões pedidas aos senhores Presidentes não aconteceram e não mereceram qualquer cuidado da parte do senhor Presidente da Câmara.-----

-----Portanto, qualquer atitude dificultadora do bom funcionamento da democracia e da liberdade dos Penafidelenses seria sempre repudiada pelo Partido Socialista.-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que ia referir algumas questões, das quais já se andava a debater há algum tempo naquele fórum.-----

-----Relativamente à questão do IC 35, disse que depois de grande luta foi, finalmente, aprovado a construção na sua totalidade. O que se tinha comprometido, no mandato anterior, de levar aos seus camaradas na Assembleia da República, o grupo Parlamentar do PCP, apresentou novamente a proposta da construção do IC 35 na sua totalidade e foi finalmente aprovada, com os votos a favor do PS, PCP, BE, PEN e PAN, e os votos contra do PSD e o CDS-PP.-----

-----Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se se confirmava ter sido cancelada a carreira da Valpi que fazia a ligação de Novela para Penafiel.-----

-----Relativamente ao PDM, nomeadamente o que dizia ser anticonstitucional, o facto de que, para que fosse autorizada uma construção em Penafiel, as pessoas tinham que ser residentes no concelho, se fossem residentes noutro concelho, ao abrigo do regulamento do PDM, não podiam ser autorizadas a

Ata Sessão 26-02-2016

construir. Também a questão de unidade mínima de cultura prevista no regulamento do PDM ser de 2 hectares, com a exceção de ser permitido os 5 mil metros. Queria ali fazer justiça, porque naquele momento, finalmente o Executivo alterou aquelas situações, retirando a questão de ser obrigatório residir no concelho de Penafiel para se poder fazer construções, e também a partir do momento que a Comissão Regional da Reserva Agrícola autoriza-se a construção, a Câmara Municipal já não exigia a unidade mínima de cultura. Fez um agradecimento pessoal ao senhor vereador Adolfo Amílcar Moreno, porque foi uma das pessoas que se debateu para resolver aquelas questões. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que já com o fim do ano 2015 à vista, bastou um mês para Portugal ter 3 Governos Constitucionais. O do meio era o mais curto da história recente, para gáudio de um conjunto de deputados da nação e de partidos políticos que festejaram e discursaram como se de uma vitória revolucionária se tratasse. Quem venceu eleições foi impedido de governar e relegado para a oposição. Tudo dentro da legalidade constitucional, dirão. Era verdade que sim. E justificado? Há quem diga que sim, outros que não. Depois de conhecido o OE2016 juntava-se aos que dizem que não. E dizia que não porque cada um dos programas eleitorais dos partidos do Governo que foram apresentados aos eleitores era absolutamente distinto um do outro. Foram esses programas que foram apresentados a sufrágio e nenhum deles ficou próximo de vencer eleições. Para justificar a nova "geringonça" governativa procuraram a cola que os pudesse juntar. Pegar na austeridade aplicada pelo XIX governo e usá-la como justificação para relegarem para a oposição quem venceu eleições democráticas. Com o OE2016 tinham a prova que a austeridade continuava, discutindo-se apenas se com um pouquinho mais ou um pouquinho menos. Falavam de uma ou duas décimas para cima ou para baixo consoante se incluísse mais isto ou menos isto na contabilidade. Estava agora à vista de todos que o virar a página da austeridade não passou de um slogan, de um ardil para justificar o acesso ao poder. Ardil em que não caíram os eleitores quando não deram a maioria, ainda que relativa, a nenhum desses partidos nas eleições legislativas. De um mês para o outro, tudo o que era possível e fácil de executar passou a ser complexo, o que era ideológico nos outros passou a ser uma mera necessidade ou obrigação nestes. -----

----- Agora já não se tratava de virar a página da austeridade, tratava-se de uma austeridade diferente. Agora não se tratava de orçamentos de austeridade, tratava-se de orçamentos restritivos. Pelo menos é o que ouvi dizerem. E ouvia não conseguindo deixar de se sentir insultado por acharem que não percebiam que se tratava de um mero jogo de palavras. Como dizem os brasileiros, conversa para bói dormir. Não podia deixar de sentir como ofensa quando, em relação ao aumento dos impostos sobre os combustíveis, se justificavam com o aumento também feito pelo primeiro Governo de Passos Coelho. Porque reclamavam? Ora vissem se o Governo de Passos Coelho não aumentou também 6 cêntimos. Pois é, mas quem chegou ao poder da maneira que o fez justificando-o com o virar a página da austeridade não foi Passos Coelho, foi a geringonça. -----



-----Enganavam-nos quando diziam beneficiar os mais pobres com as alterações do IRS, fazendo de conta que ignoravam que cerca de 50% dos portugueses já não pagavam IRS, exatamente os que tinham menores rendimentos. Mas aumentaram o salário mínimo! Era verdade, mas também o Governo de Passos o fez. Aumentaram as pensões mais baixas. Era verdade, alguns centimos por mês que não davam sequer para mais um pão por dia. E abaixo do valor previsto da inflação para 2016, o que significava que esses pobres na realidade ficavam ainda mais pobres. Mas baixaram o IVA da restauração! Era verdade, mas pelos vistos o contribuinte não veria essa redução refletida no preço. E assim sendo, significava que estavam a permitir que o patronato ficasse com a diferença no bolso. Acrescia que o estado perdia receita e que teria que ser o contribuinte mais uma vez a suportar os custos pagando mais uns centimos de imposto nos combustíveis ou em qualquer outra coisa.-----

-----A generalidade das instituições, nacionais e internacionais, sinalizava riscos para aquele OE. Era um orçamento de despesas certas e a contar com receitas incertas. Ao contrário do apregoado, era um orçamento que beneficia quem mais tinha, era um orçamento que repunha a uns para tirar a todos, era um orçamento que dava muito muito pouquinho a quem vivia com pequena reformas e repunha as grandes reformas, incluindo aquelas que viam partilhadas nas redes sociais e todos consideravam imorais. Tratava-se de cumprir a constituição, justificavam-se. Era um orçamento que ignorava a recessão na europa ou o impacto dos problemas que podiam ter origem na china. Não estavam a ser precavidos, exatamente como não tinham sido em 2009 quando já se conhecia a crise que aí vinha. Voltávamos a preferir ignorar e esperar que tudo corresse pelo melhor.-----

-----Também a ANMP faz vários reparos aquele orçamento, identificando várias medidas negativas ou insuficientes no plano financeiro e incumprimentos no que se referia à Lei de Finanças Locais. Também falavam do IVA das refeições escolares, que o Governo entretanto já tinha esclarecido. Veremos se assim era ou se teria que haver uma errata à errata da errata do orçamento.-----

-----Poderia continuar, mas ia virar aquela página para passar para a página dos transportes. Viam revertidas as privatizações dos transportes com custos de 12 milhões de euros para os contribuintes. E para quê? Para prestar serviço público, como era evidente. Mas, perguntava, serviço público a quem? Ao país? Não. Apenas aos que residiam nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto. Ora, não lhe parecia bem que o contribuinte de Penafiel tivesse que suportar custos para benefício de quem morava no Porto ou Lisboa. E, como sabiam, os custos têm sido grandes. E depois ainda se questionavam porque é que a população se concentrava nessas zonas e assistiam à desertificação do interior. Era realmente um mistério. E o que dizer da TAP? Gastava-se dinheiro dos contribuintes para depois dizer, não, não nos metemos nisso porque a gestão continua a ser dos privados. A TAP no Porto? Não, isso não era prioridade. Teriam uns aviões a hélice que a preços concorrenciais com a CP os podiam levar para Lisboa e daí poderem viajar para onde quisessem. E já que cá vêm, podiam sempre aproveitar para pernoitar e

Ata Sessão 26-02-2016

contribuir com a taxa turística que Lisboa aplicava. Era comovente aquela atenção pela região norte e pela sua população. -----

-----Terminou com uma nota de apreço a um anúncio da JSD| Distrital do Porto. O convite para discutir com outras juventudes partidárias a regionalização do país. Acreditava nos benefícios para as populações de uma regionalização feita com pés e cabeça. Assim, esperava que o convite fosse aceite para que pudessem conversar, analisar e discutir aquela temática. -----

----- A senhora deputada Helena Rocha: Relativamente às piscinas exteriores de Penafiel, que pela sua complexidade técnica e devido ao seu encerramento durante algum tempo, por motivos de segurança, iniciaram agora as obras. Foi um projeto de investimento avultado sem fundos comunitários. Gostava de saber se no próximo verão já estariam as obras concluídas e as piscinas abertas ao público. --

-----Salientou o concurso público que foi lançado durante o mês de dezembro, para a zona industrial de Recezinhos que representava, não só como todos os planos de captação de investimentos do município, uma importância devido à sua grande estrutura e também o que se pretendia para o desenvolvimento do concelho principalmente na zona norte. Esperava que se conseguisse captar mais investimento e que aquela zona fosse potencializada com a construção daquelas infraestruturas. -----

-----Quanto à pouca importância que o município dava para algumas freguesias e a importância que a JS dava na propagação de grandes cartazes onde referia a " *nossa denúncia concretizou uma obra prometida* ", isso relativamente à freguesia de Galegos. Disse que era uma *obra prometida* e definida por alguém. E esse, alguém, definiu-a e foi votada em sessão Assembleia Municipal em dezembro de 2014, e realizada em 2015. Disse que o município e todos os deputados municipais tinham lido as prioridades para 2015 onde constava uma obra, obra essa que estava realizada e agora diz-se *prometida* pela JS. ----

----- O senhor deputado Bruno Teixeira: Disse que se vivia num momento muito importante no país, aprovação do Orçamento de Estado e a satisfação ainda se torna maior por se perceber que aquele OE finalmente repunha a justiça aos portugueses. Devolvia rendimento e voltava a centrar o país num rumo de crescimento interrompendo o ciclo de empobrecimento dos últimos 4 anos. Não era de mais realçar vários aspetos que eram positivos para todos, nomeadamente a eliminação dos cortes nas pensões e vencimentos, a redução da sobretaxa com vista à sua total eliminação no ano de 2017, a redução do IVA da restauração que ao contrário do que ali foi dito porventura poderá não refletir um impacto direto nos preços, mas segundo o que dizia a ARESP, Associação da Restauração e Similares em Portugal, poderá contribuir para a criação líquida de cerca de 6 mil postos de trabalho. Repunha efetivamente também, uma atualização das pensões, reduz o valor global das taxas moderadoras, aumenta a descentralização das receitas para as autarquias locais, e ali importa salvaguardar uma medida bastante importante que é a cláusula de salvaguarda do IMI que limita putativos aumentos a um valor máximo de 75€. -----



-----No fundo a grande questão e a grande cola que efetivamente cimentou aquele acordo à esquerda é a recuperação de rendimentos e provavelmente era essa recuperação de rendimentos que chateava bastante a direita. Porque a direita tinha um plano traçado para o país que era recuperar o país, ganhar competitividade para o país através do empobrecimento e a redução de salários e rendimentos. Esse ciclo felizmente foi invertido com negociação e com concertação e aprovação das entidades internacionais, bastava lembrar ali a notícia que saiu a dar nota positiva pela Moody's, que deitava por terra todas as previsões de desgraça que aí vinham proferidas por vários elementos da direita na Assembleia da República. -----

-----Quando se falava em aumento de rendimentos, disse que o impacto positivo de todas aquelas medidas equivale a cerca de 1.372 milhões de euros, impacto positivo no rendimento das famílias. Obviamente que houve ali compensação para que houvesse equilíbrio nas contas públicas. Essa compensação foi feita através de alguns impostos indiretos no valor de 600 milhões de euros. Mas o saldo era claramente positivo na ordem dos 800 milhões que permitirá redinamizar a economia, criar emprego e recolocar o país na senda do crescimento. Era um orçamento que devolvia a esperança aos portugueses, dava novo alento ao futuro, dava esperança aos jovens do concelho de Penafiel e de todo o país. Esperavam, com aquela nova forma de fazer política, recuperar a economia, criar postos de trabalho, recuperar o país e acima de tudo voltar a que Penafiel fosse mais positivo. -----

----- — A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que havia ali uma bandeira eleitoral do PS que tinha ficado esquecida e o seu pedido de esclarecimento ia nesse sentido. Saber se responder o senhor deputado Bruno Teixeira, quando é que os funcionários públicos voltariam a ser prioridade do governo? É que havia um conjunto de circunstâncias favoráveis nesta matéria, segundo o senhor Primeiro-ministro, e que deixaram de o ser. Realmente os funcionários públicos, os tais que não conseguem dizer que não, nem sim nem *nim*, a quem todos os cortes eram permitidos e que, neste momento, um grande setor desses funcionários públicos, continua a sentir-se na Sibéria, congelados e enregelados. -----

----- O senhor deputado Joaquim Silva: Disse ter ficado satisfeito com a novidade dada pelo senhor deputado Jesus Ferreira de que o IC 35 ia ser construído na sua totalidade. Gostava de saber se a parte do concurso de um troço da construção que foi lançada ia ser anulado ou iam lançar novamente um concurso para a construção na sua totalidade. Disse que fazia aquela pergunta porque caiu um muro na freguesia de Rans, num local onde parte do IC 35 ia ser construída. Foram ao local agentes da proteção civil e disseram à proprietária que tinha que ser a própria a reconstruir do muro. A proprietária questionou-o se valia a pena reconstruir o muro ou não, porque dali a pouco tempo o muro iria ser destruído com a construção daquele troço do IC 35. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô: Relativamente à obra da EN 15, disse que era uma obra que trazia grandes transtornos no que dizia respeito aos trabalhos mas

felizmente estava a correr tudo da melhor forma, a população tem estado serena porque valia apenas o sacrifício que estavam a passar. Recentemente saiu um artigo no jornal Correio da Manhã onde um utente que foi inquirido em que dizia que valia a pena fazer aquele tipo de sacrifícios porque futuramente todos iriam usufruir de melhores condições. Referiu que tem acompanhado de perto junto aos empreiteiros da obra, ajudar a limar algumas arestas e tem acompanhado os trabalhos com alguns dos proprietários. -----

-----Deixou nota da forma que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem acompanhado os trabalhos na EN 15, tentado sempre colmatar todos os casos pontuais que iam aparecendo no decorrer das obras como foi o caso da remodelação da iluminação e por influência do senhor Presidente foi contemplada no projeto e muito recentemente junto das entidades competentes donas do projeto, para que a população da Gandra de trás viesse a ter uma acesso/travessia para facilmente se pudesse chegar junto da igreja paroquial e do cemitério de Guilhufe. Com a proximidade que o senhor Presidente da Câmara Municipal tem junto da população, estava certo de que, com a serenidade que teve no seu começo acabaria da melhor maneira e de forma tranquila. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Como tinha dito na última sessão da Assembleia Municipal vinha ali hoje repor um lapso do senhor Presidente da Câmara uma vez que na última sessão tentou passar a imagem de que teria tido conhecimento da sua parte e através de um jornal regional de um investimento que se iria processar naquela zona. Se a ata de 22 de setembro tivesse sido lida na altura, agora não tinha necessidade de ler a sua intervenção aquando da aprovação da ARU para Entre-os-Rios. Passou a ler: *"O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Felicitou a Câmara Municipal pela proposta apresentada. Disse que até dia 20 do mês em curso tinha estado em discussão o Programa Integrado de Valorização e Ordenamento do Douro Verde, tinha ido ao ponto de orçamentar as intervenções a realizar em Entre-os Rios com um valor considerável. Perguntou se o que estava ali em discussão, para Entre-os-Rios, colidia com o pivô, se estava integrado, e se tinha sido feito alguma consolidação relativamente ao trabalho que a DOLMEN tinha levado por diante."* O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu: *"No que dizia respeito à ARU de Entre-os Rios, porque não cabia no âmbito do apoio à regeneração urbana, estava em causa apenas o incentivo fiscal aos proprietários privados que venham a reabilitar as suas casas, o seu património. O trabalho foi feito em articulação com a DOLMEN e com o programa referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, e aí podia ter efetivamente investimento nas vias públicas por essa via do plano de ordenamento e valorização do património."* Disse que perante aquela resposta o senhor Presidente da Câmara já sabia do investimento a 22 de setembro e tendo a confirmação por parte do senhor Presidente da Câmara de que tinha conhecimento, no dia 26 de setembro, aquando as comemorações do dia da freguesia de Eja, para a qual o senhor Presidente da Câmara tinha sido convidado e não esteve presente nem se fez representar, o que começava a ser uma prática comum relativamente aos atos, mesmo que em sessões



solenes ali se realizavam, começava a ser um problema porque até ali conseguiam alguém para presidir às sessões, a partir dali era uma incógnita, pois iam ter que ser mais criativos no futuro porque tinham um deputado da nação para presidir e agora isso não acontecia, mas estava certo que a junta de freguesia iria encontrar uma forma de que alguém presidisse de forma digna às sessões. O senhor Presidente da Câmara Municipal dois meses depois não se lembrava do que tinha dito a 22 de setembro dizendo que teve conhecimento pelo jornal da notícia. -----

-----Referiu que quis repor aquela situação porque já começava a ser prática do senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, quando falou em como era cara para a Junta de Freguesia de Eja, cara nas várias leituras que se fazem da palavra *cara*. Cara, porque gostavam muito das Endoenças e cara porque custava muito dinheiro e o senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara não tinha conhecimento, o senhor vereador do Pelouro que não estava presente nessa altura mas estava presente naquela sessão, podia confirmar como lhes é *cara*. Também numa outra situação, quando se falava na ausência de saneamento básico em Entre-os-Rios, e fez com que o senhor Presidente da Penafiel Verde EM tivesse feito algumas declarações na comunicação social, que por sua vez, depois teve de responder também comunicação social e pelos vistos a Câmara tinha conhecimento de tudo aquilo há muitos anos. Quem quisesse perceber de que investimento se tratava, pensava que a Câmara sabia porque o valor era interessante bastava consultar o *site* da DOLMEN para se verificar. -----

-----Relativamente ao boletim informativo da Câmara Municipal que apreciava bastante, pela qualidade da impressão, da qualidade gráfica e pelas fotografias. Disse que tinha uma tiragem de 24 mil exemplares. Mencionava os senhores Vereadores, os eventos, obras em curso, ou seja, uma panóplia de imagens sugestivas, por exemplo, o senhor vereador do Pelouro da Educação a dar bananas aos meninos da escola. Tinham também uma faceta inovadora naquele tipo de publicações, que eram as obras virtuais. Passaram a ter obras virtuais no boletim informativo à semelhança das obras em curso e das obras lançadas e inauguradas, eram elas, os balneários e sanitários a construir na freguesia de Eja. Disse que isso lhe tinha dado uma ideia sugestiva para o próximo boletim informativo, já que tinham colocado na edição anterior uma das obras com as quais se tinha comprometido com a freguesia de Eja, na próxima edição voltasse a colocar outra, por exemplo, o cemitério da freguesia de Eja. Porque se colocar uma fotografia virtual do cemitério de Eja, a partir daí ia começar a fazer funerais virtuais porque o que existia estava lotado e pelo respeito que as pessoas mereciam, não ia fazer como no concelho vizinho que começou a sepultar as pessoas nos passeios. Na edição que se seguiria a esta, fazia-se a obra virtual da requalificação da escola e as ruas adjacentes. Ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel não pensava sequer chegar à presidência da Câmara, há muito que se dava às crianças de todo o concelho o melhor do que se podia dar. As crianças da freguesia da Eja qualquer dia arriscavam-se a meter os pés pelo soalho das salas de aulas e a ter acidentes nas ruas adjacentes, por isso não podia deixar passar aquela oportunidade para tecer aqueles comentários. -----



Ata Sessão 26-02-2016

----- O senhor Presidente da Junta de Castelões: Disse que no passado dia 14 de fevereiro foi um dia muito importante e ficaria na história da freguesia de Castelões, pois foi feita a inauguração de uma série de equipamentos muito importantes para aquela freguesia. Inaugurou-se o alargamento do cemitério, obra de necessidade premente e cujo processo já vinha desde o longínquo ano de 2002. Foi um processo muito complicado, pois apesar dos diversos projetos e das múltiplas diligências feitas pelo seu antecessor, Ricardo Duarte, não foi possível chegar a acordo amigável com o proprietário de um dos terrenos, pelo que se teve de recorrer à expropriação. A obra ficou concluída e ficou também o problema resolvido em boa hora, pois com o elevado número de pessoas que deixaram de estar entre nós no final do ano, teria sido um problema muito grande a inexistência daquele alargamento.-----

-----Referiu também a inauguração da Casa Mortuária e respetivos arruamentos da sua envolvente até à igreja. Sendo a casa mortuária, um equipamento fundamental, os arruamentos não eram menos importantes para a freguesia naquela zona específica, onde anteriormente não passava sequer o camião do lixo para fazer a recolha. Aqueles dois equipamentos eram projetos que transitavam do executivo anterior e que facilitaram a vida dos munícipes.-----

----- Mais disse que as inaugurações não se tinham ficado por ali, e para além de terem feito um frente a frente com a população um balanço da sua principal atividade, desde o início do mandato, também se inaugurou o Espaço do Cidadão. Obra transversal a toda aquela zona e que aproveitando a boa localização e acessibilidade da sede da junta de freguesia de Castelões, servia toda a população da zona norte do concelho. Achava que a todos os penafidenses devia encher de orgulho ter vilameanenses, marcoenses, entre outros, a utilizarem uma freguesia do concelho de para tratar das mais variadas questões. Sendo que, esperava no futuro, ver alargado pela Administração Central um leque de serviços, pois isso era a verdadeira descentralização, não de boca a boca ou apenas de discurso mas aquela que as pessoas sentiam e beneficiavam.-----

-----Esperava que aquele investimento, assim como outros, que estavam na forja, como por exemplo a zona industrial de Recezinhos servissem para dinamizar a zona norte do concelho que tinha um défice de investimento desde há vários anos comparativamente com outras zonas. Sabiam que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel tinha essa consciência e que os tempos não eram de abundância, mas esperava que o ritmo de redução das assimetrias da zona norte do concelho e o restante fosse intensificado para o concelho como um todo e fosse mais homogêneo.-----

-----Assim, restava agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal e a todo o Executivo o esforço feito e um grande bem-haja.-----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à discussão e votação e deliberação as moções, recomendação, votos de pesar e louvor acima transcritos.**-----



-----Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a **recomendação subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia da Eja, senhor António Manuel Guedes da Cunha, sobre "O Festival da Lampreia de Entre-os-Rios"**, inscreveu-se: -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Como dava nota no texto da recomendação apresentada, disse que foi com estupefação que lhes foi comunicado, como já era hábito, não pelas vias formais mas pelos profissionais da restauração que lhes comunicaram que tinham sido confrontados com a decisão de extinção do festival da Lampreia, por uma técnica da Câmara Municipal, depois teriam havido reuniões com profissionais da restauração. Inicialmente alguns tinham ficado desagrados com a ideia mas depois até gostaram da ideia da rota ou *derrota* da Lampreia. Disse que tinha sido aquele conjunto de iniciativas que no passado que agora se queria reduzir o festival que levou precisamente ao festival. Era assim que se fazia, iniciativas dispersas em vários locais, que levou e bem, o senhor Presidente da Câmara, Alberto Santos, em muito boa hora tivesse dado corpo a essa iniciativa por todos enaltecidos, até pelo atual senhor Presidente da Câmara, em 2014 e 2015, que dizia que ainda havia um longo percurso a percorrer como se podia verificar, por curiosidade, no Youtube "Festival da Lampreia", as declarações que foram feitas. E foi com perplexidade, e com uma série de informações que solicitou ao senhor Presidente esclarecimentos sobre esse assunto. A primeira explicação dada, foi que a promoção e divulgação de um território não podia ser estática, depois foram chegando outro tipo de explicações como, o que ouviu num jantar para o qual foi convidado pelo restaurante em causa e onde estava a ser feita a promoção por parte da Câmara Municipal juntamente com a comunicação social. (Disse que aquele tipo de promoções não podia ser feita numa noite de fado, porque era evidente o desagrado das pessoas que lá estavam a jantar). Referiu que nesse jantar ouviu o senhor Presidente, na sucessão de argumentos para a extinção do festival, falar dos custos do festival, e ocorreu-lhe desde logo que estaria a ser no mínimo indelicado com o seu antecessor, porque estaria a chamar-lhe despesista o que não lhe parecia ser o caso. -----

-----Felicitou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel pelo recente evento que começava a ganhar corpo em Penafiel, a Passagem do Ano em Penafiel. Não pode estar presente mas garantia que para o próximo ano não faltaria. -----

-----Disse que a Assembleia da freguesia já tinha aprovado uma moção de repúdio, aprovada por unanimidade (PS, Independentes e coligação PSD/CDS-PP), repudiando a decisão da extinção do festival da Lampreia, porque para defender a freguesia e o concelho não podia haver partidos. O partido era as freguesias, porque o partido tinha que ser Penafiel. -----

-----Disse que a junta de freguesia tinha um sentimento tal de repúdio que uma associação, a Associação "Sou da Rua", ia promover no dia 13 de março uma lampreada à moda de Entre-os-Rios, convidou a todos a estarem presentes, mediante inscrição prévia. -----

Ata Sessão 26-02-2016

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Esperava que algumas quezílias internas não viessem por ventura a interferir com a gestão que o senhor Presidente da Câmara vai fazendo à frente do Executivo Municipal, e que essas mesmas quezílias, não interferissem com o que era a estratégia do município e que o senhor Presidente soubesse salvaguardar essa situação. Disse que já não era a primeira vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fja ia ali dar nota de alguma descriminação e todos sabiam que o PS a isso não concordava. Esperavam que houvesse um tratamento semelhante, independentemente da forma que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia eram eleitos, por partidos ou por movimento de cidadãos independentes. -----

-----Referiu que a Rota da Lampreia, ou de festival da Lampreia trazia algumas preocupações, se se consultassem a *site* da Câmara Municipal, no capítulo do Turismo, perceberiam que uma das vantagens de se visitar o concelho de Penafiel, tinha que ver com a gastronomia e a lampreia, inclusive, era um dos tópicos que tinha destaque nesse capítulo da gastronomia. -----

----- Pelo que tinham percebido do que existia atualmente, já existia no passado, ou seja, os restaurantes que estavam envolvidos na rota da Lampreia eram restaurantes que já funcionavam ainda que o festival estivesse a decorrer em Entre-os-Rios. A verdade era que quando o festival estava a decorrer, havia uma semana em que havia mais notoriedade para o município com a comunicação social acompanhar, momento que se ia criando alguma rotina à semelhança de outras iniciativas que iam acontecendo em Penafiel, por exemplo a Agrival que era prática e rotina visitar a Agrival naquela altura do ano e isso favorecia o turismo do concelho. O festival da Lampreia era um caso que lhes parecia favorecer claramente o turismo do município de Penafiel. -----

-----Embalados pela questão gastronómica, perguntou qual era a estratégia que o município tinha, em concreto, relacionado com a Rota da Lampreia na questão do turismo da região. Tinham um vasto leque de património cultural, arquitetónico, a natureza, a gastronomia, os rios, ou seja existia um conjunto de propriedades naturais do município e outras de decorriam do trabalho que se ia desenvolvendo que faziam com que haja pessoas que visitavam o concelho de Penafiel. Naquele caso parecia-lhes que o abandono do festival da lampreia carecia de alguma explicação e gostavam de saber, o porquê do abandono daquela iniciativa, qual era o impacto e qual a estratégia para aquela matéria em concreto e perceber na área do turismo a importância que poderá ter na economia do concelho. Falava-se na questão da redução do IVA, percebia que a alguns podia não agradar mas ao PS agradava ainda mais no município de Penafiel onde a gastronomia predominava e empregava centenas de pessoas e o facto de se reduzir a taxa do IVA, poderá permitir que essas microempresas pudessem contratar. Não tinha a expectativa que se fosse baixar preços, acreditava era que pudessem prestar melhor serviço, ampliar o seu negócio e com isso empregar mais penafidenses num dos setores mais afetados da economia do país. -----



-----Sugeri a possibilidade de se criar um conselho municipal para o turismo, uma vez que aquela matéria assumia alguma preponderância. Tinham alguns investimentos que não se concretizaram e outros que não funcionaram tão bem como o que pretendiam e se se conseguisse ter um órgão que pudesse ser um órgão consultivo e pudesse munir de mais alguma informação, de um conjunto de operadores que existem no concelho e pessoas que intervínham no município, para se ter uma maior informação e por ventura ter uma gestão mais adequada àquilo que eram as necessidades em concreto de todos os que interferiam nessas matérias. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Referiu que a autarquia entendeu mudar o modelo da promoção da lampreia através da denominada Rota da Lampreia. A não ser que houvesse prova do contrário, ao que parece, a restauração encontrava-se satisfeita com aquela mudança. Por outro lado, a rota passava por Rio Mau, Eja, Termas de S. Vicente e Abragão, ou seja, acabava por promover todo território ribeirinho. Efetivamente, de uma forma sincera, antes de se fazer uma avaliação precipitada, tirar conclusões negativistas deveriam deixar concluir aquela nova aposta e depois fazer, caso necessário, a análise respetiva. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Saudou a proposta feita pelo senhor deputado Nuno Araújo, de facto a ideia de se poder criar um conselho consultivo para o turismo; era uma ideia interessante, havia outros exemplos do género que funcionavam bem e que podiam constituir um contributo positivo para uma dinâmica que queria que fosse cada vez mais forte no concelho de Penafiel. O turismo era uma das áreas que tinham como prioritária para a dinâmica económica, era a área que tinha crescido mais nos últimos anos no município e atendendo às circunstâncias excecionais do território, quer do ponto de vista das paisagens naturais que se deviam ao facto de terem os cinco rios que cruzavam o concelho, quer ao património edificado que era extraordinário. O turismo era uma área com grande potencial e por isso é importante que se tivesse um Conselho alargado, participado, transversal, a dar o seu contributo às políticas que se iam definindo para o município. -----

-----Relativamente à moção disse que, nunca tinham tido no passado aquele modelo da rota da lampreia que foi adaptado este ano. Tiveram no passado iniciativas de promoção da lampreia em locais diversos (restaurantes e hotéis) da cidade do Porto, na Galiza entre outros locais, chamava-se na altura a essa ação de promoção "Lampreia à mesa", com arroz ou à bordalesa que era a semântica de divulgação. Entretanto foi adotada outra opção do festival, opção essa que foi entendida à época, como sendo eventualmente mais adequada e que foi implementada e funcionou durante alguns anos. Todavia, houve um ano ou dois que foi suspenso, porque entendeu a Câmara, na altura, que havia razões que justificavam essa suspensão. Era curioso que ninguém se lembrava de ter havido, na altura em que o festival foi suspenso, uma única palavra de reprovação a essa suspensão pura e dura, não foi uma substituição nem mudança de estratégia mas sim por razões que a Câmara entendeu plausíveis e que justificavam que fosse feita essa opção. -----



Ata Sessão 26-02-2016

-----Aquilo que entenderam entretanto, depois de ouvirem os operadores e diferentes opiniões, é que o modelo do festival da Lampreia tinha sido importante, tinha dado um contributo positivo à visibilidade daquela iguaria da gastronomia penafidelense mas que podia ser feito mais pela promoção do território, alavancado precisamente na lampreia e por isso entendiam que a proposta da rota da lampreia tinha esse maior potencial, porque não estavam focados apenas e só em Entre-os-Rios mas estavam a promover, com base num produto da terra, com base numa iguaria com reconhecimento nacional a promover toda a margem ribeirinha de todo o território, Rio Mau, Entre-os-Rios, Eja, Termas de S. Vicente e Abragão. Tinham a propósito da lampreia a oportunidade de mostrar a muito mais visitantes todas essas potencialidades que o concelho de Penafiel tem. As paisagens eram excelentes em toda a margem ribeirinha do Douro e do Tâmega e também o património, os vários monumentos que integravam a rota do Românico, por exemplo ao longo da margem ribeirinha. Portanto deixavam de ter um festival da lampreia que acontecia em dois fins de semana (sexta, sábado e domingo), e passavam a ter uma dinâmica de promoção que começou no dia 14 de fevereiro e que se prolongava até ao próximo 20 de março, funcionando interruptamente. Por outro lado, estavam a desenvolver ações de dinamização e promoção dos próprios restaurantes e estes foram os primeiros a dar nota de que as condições que têm os seus estabelecimentos eram completamente diferentes daquelas que tinham na tenda e que os clientes e os visitantes que vinham pela lampreia ficavam a conhecer os seus restaurantes e voltariam por outras circunstâncias e por outras razões. Todos aqueles fatores e circunstâncias, levaram apostar naquele modelo de promoção e divulgação. Do ponto de vista da comunicação social, têm tido um acompanhamento e uma cobertura excecional, tanto da comunicação social local como da nacional. Ainda esta semana tiveram uma reportagem da TVI a propósito da rota da Lampreia. Por isso achava que tinham feito uma boa opção, aquele produto excecional que era uma iguaria reconhecida e estavam a conseguir através dela promover e a dar a conhecer muito mais território e a criar muito mais oportunidades para muitos mais cidadãos e para muito mais penafidelenses. Compreendia a posição do senhor presidente da Junta de Freguesia da Eja, que naturalmente estava mais focado na sua freguesia, mas o seu dever, enquanto Presidente da Câmara, era olhar para todo o território e não para uma ou outra freguesia em concreto e foi nessa perspetiva de um olhar muito mais abrangente e mais transversal que adotaram aquela metodologia e seguiam aquele caminho de promoção da lampreia. -----

-----Concluiu dizendo que, se chegar ao fim da rota da lampreia e concluírem que não tinha sido uma boa opção, que os principais atores envolvidos, essencialmente os restaurantes e outras atividades económicas que giram em torno da questão da lampreia não tinham ficado satisfeitos, não tinham nenhum receio em alterar. Contudo, o balanço que tinham até ao momento era francamente positivo. Há mais gente nos restaurantes, há mais gente a percorrer toda a corda ribeirinha e há muito mais atividade nos restaurantes que participavam na rota. Era esse o objetivo e estava a ser concretizado, mas o balanço só poderia ser feito no final do projeto. -----



----- — O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Pediu um esclarecimento dizendo que em 2014 e reiterado em 2015 pelo senhor Presidente que *"toda a lampreia aqui na região esgotou por via do festival, ou seja para além da lampreia e foram milhares as que aqui foram servidas no âmbito do festival e também aqui nas imediações todas as bancas da região esgotaram o seu produto."* Gostava que o senhor Presidente explicasse como é que três pessoas dentro de uma tenda comiam tanta lampreia. Gostaria também que lhe explicasse em que anos foram suspensos o festival porque pelo que sabia só esteve suspenso um ano e foi no ano em que a Câmara, na altura devido a contingências de ordem financeira, fez cortes nas juntas de freguesia, associações e em todos os eventos e o festival da lampreia não ficou de fora. No ano seguinte, e bem, o senhor Presidente da Câmara da altura, retomou-o, dada a importância do evento. -----

-----Disse que ia fazer chegar à mesa, para ver se daquela forma recebia a informação pretendida, um requerimento a solicitar os melhores esforços da mesa, no sentido de lhe ser fornecida informação relativamente aos valores suportados pela Câmara Municipal na organização do festival da lampreia nos anos transatos. -----

-----Posta à votação, a recomendação subscrita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, foi rejeitada com 26 votos contra e 16 a favor e 7 abstenções. -----

-----Declarações de Voto: -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o grupo municipal do PS percebia muito bem a pretensão do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, era natural que ao ver-se privado de uma iniciativa que estava concentrada numa sub-região do concelho, que tem naturalmente impacto na dinâmica da freguesia e muito mais quando as coisas não eram devidamente articuladas e anunciadas com tempo e justificadas as coisas tornavam-se ainda muito mais difíceis. -----

-----O senhor Presidente da Câmara elencou alguns argumentos, nomeadamente a questão das sinergias que pode trazer o facto de dispersar a questão da lampreia e com isso encontrar sinergias no turismo, como outras, como era o caso das paisagens e momentos do concelho, mas naquele momento não haviam dados, se tinha havido ou não um estudo, qual era o plano, se havia ou não dados concretos, porque se tornava difícil fazer qualquer tipo de juízo. Ainda assim, a rota era uma iniciativa interessante, até porque prolongava no tempo essa mesma iniciativa, o festival podia ser uma marca que podia decorrer num fim de semana como pontapé de saída para a iniciativa para rota da lampreia. As duas iniciativas não se anulam, a recomendação apresentada tinha pertinência e importância para que se pudesse fazer essa avaliação. O PS nunca tinha tido acesso a qualquer tipo de avaliação que tenha sido feita à estratégia anterior, esperavam que no final da nova iniciativa perceberem qual o resultado da sua estratégia e perceber de que forma as sinergias estavam a ser tidas em conta. Era importante, perceber exatamente de que forma estava a ser articuladas, se as freguesias envolvidas tinham sido chamadas para serem devidamente articuladas. -----

Ata Sessão 26-02-2016

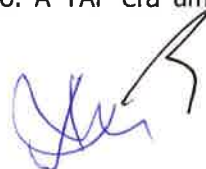
-----O grupo municipal do PS votou favoravelmente, porque a recomendação não tinha nenhum efeito nocivo naquilo que era a atual estratégia que a Câmara Municipal optou por livre e espontânea vontade.- -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Eja: Disse que a sua declaração de voto pretende reforçar a importância do festival da lampreia e o contrassenso da sua extinção. Esta declaração pretendia ainda reforçar a confiança nas potencialidades da freguesia de Eja e do concelho de Penafiel, certo de que o festival da lampreia voltaria a ser uma realidade porque não há mal que sempre dure. ----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra sobre a moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU *Sobre a privatização da TAP e a eliminação de voos para o Porto*", inscreveu-se: -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que o grupo municipal da coligação "Penafiel Quer", subscrevia que, efetivamente, estavam particularmente afetados os interesses do norte com o cancelamento dos voos de e para o Porto. Contudo, não se reviam no conteúdo apresentado na moção, porquanto eram feitas acusações graves e de caráter meramente político-partidário e daí a intenção de voto não ser favorável. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o grupo Municipal do PS ia votar contra aquela moção, não que ela, não contivessem algumas verdades, nomeadamente a forma como tinha acontecido a privatização, o momento em que tinha sido assinado o contrato não era uma coisa que se podiam orgulhar e esse era um facto que se devia ter em consideração quando se discutia as questões relacionadas com a TAP. Ainda assim o que mais importava naquele momento tinha que ver com a questão regional e a forma com que a TAP servia a região norte. Todos sabiam porque tem sido discutido na comunicação social, diariamente, o facto, da TAP, estar a equacionar suprimir um conjunto de voos que os ligava diretamente a um conjunto de capitais, cidades da Europa e regiões da lusofonia ou não e mesmo até na América do Norte, já vinha acontecendo algum tempo a esta parte e veio-se acentuar desde o momento que aconteceu a sua privatização e desde o momento que aquela equipa de gestão tomou posse e por isso não compactuam com a estratégia que tem vindo a seguir, contudo achavam que o facto do atual Governo ter assumido aquele dossier a propósito de um compromisso eleitoral que tinha que ver com a reversão da privatização da TAP e ter conseguido com isso no que concerne à parte do capital ter revertido, conseguir garantir 50% para o Estado, 5% para os trabalhadores e o restante capital (45%), ficar nas mãos dos privados. Sabiam que a gestão executiva mantinha-se privada, ainda assim parecia-lhes que o conselho de administração mantinha-se com público, até porque tinham a maioria e isso iria permitir interferir com as decisões e escolhas que forem sendo tomadas. Aliás, por exemplo, aconteceu recentemente que a TAP tinha anunciado o cancelamento a ligação Porto /Milão e ela foi repostas já por força da interferência, por força dessa influência junto da empresa. E era isso que pretendiam, não podiam perder a TAP porque ela era um ativo estratégico para o desenvolvimento da economia, fosse pelo setor do calçado, seja pelo setor têxtil ou pelo próprio turismo. A TAP era uma



companhia que a todos orgulhava, uma companhia de bandeira e com longa tradição no país. Ainda assim a CDU, apresentava, como vem sendo prática, um conjunto de considerações em que nada beneficiava o debate daquele tema pelo que o PS não acompanharia naquela moção ainda que se mantinha preocupado naquilo que seria o rumo da companhia e dos futuros desenvolvimentos relacionados em torno daquela questão. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que crime que a moção cometia é que no seu texto existiam dois parágrafos em que num deles referia o negócio que o anterior Governo fez e não o devia ter feito porque não tinha legitimidade para o fazer, isto feria a suscetibilidade das pessoas da coligação PSD/CDS-PP. Noutro parágrafo a seguir, punha em causa o negócio feito recentemente, em cumprimento da promessa eleitoral do PS, que era repor o que tinha sido dito, repor a maioria do capital da TAP no estado e afinal ficou-se pelos 50%, mantendo a gestão feita pelos privados. Todos estavam de acordo com a moção apresentada com a exceção dos dois parágrafos referidos. Havia ali um problema sério, porque estava provado naquele momento de que era um negócio feito pelos atuais proprietários que tinham outra companhia chamada "Azul" e que vai agora servir-se da TAP para as grandes negociatas da companhia "Azul", além disso o problema criado com o cancelamento dos voos da TAP no norte do país e por isso a moção fazia todo o sentido. Não podia retirar nada daquela moção porque ideologia havia em tudo, mesmo quando se sentavam à mesa. -----

----- Posta à votação, as propostas subscrita pelo Grupo Municipal da CDU foi rejeitada com 46 votos contra e 1 a favor e uma abstenção. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, sobre o *Dia Internacional da Mulher - 8 de Março* escreveu-se: -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Sugeriu que no sétimo parágrafo, o proponente eliminasse a parte que dizia respeito à reposição dos quatro feriados suspensos. Era uma medida importante, mas não era isso que estava em causa, porque não fazia sentido dentro daquele conteúdo. --

----- Caso o proponente não retirasse o parágrafo sugerido, a bancada da coligação "Penafiel Quer" teria liberdade de voto e de o fazer em consciência. -----

----- A senhora deputada Filomena Pereira: Disse subscrever na íntegra o que foi dito pela senhora deputada Hermínia Magalhães no que dizia respeito ao sétimo parágrafo da moção, ou seja à reposição dos quatro feriados suspensos. Eles eram importantes, as mulheres participavam e tinham vantagens mas no contexto estava tão bem elaborado, iam efetivamente neste dia ter um caminho para uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações e nesse sentido o grupo municipal do PS ia votar favoravelmente aquela proposta. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que se era condição votarem favoravelmente aquela proposta, aceitava que se retirasse, do parágrafo sétimo, esse pequeno intervalo entre vírgulas "a reposição dos quatro feriados suspensos". -----

-----Posta à votação, a proposta subscrita pelo Grupo Municipal da CDU foi a mesma aprovada por unanimidade com o seguinte texto:-----

-----"MOÇÃO-----

-----*Dia Internacional da Mulher - 8 de Março*-----

-----*Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações.*-----

-----*O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.*-----

-----*Ao longo de mais de um século, desde a aprovação durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres (Copenhaga) em 1910 de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.*-----

-----*Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras no mundo.*-----

-----*O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social.*-----

-----*O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões.*-----

-----*Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres:*-----

-----*A reposição do horário de trabalho na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.*-----

-----*É um caminho de avanços que importa consolidar.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 26 de Fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.*"-----

-----Os votos Louvor e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes.-----

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade.-----



-----Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovadas por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos. -----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter a votação e deliberação das propostas, moções, os votos de pesar e louvor acima transcritos.** -----

----- **1.º Ponto – Aprovação das Atas das sessões anteriores (sessão ordinária de 30 de novembro 2015 e sessão extraordinária de 26 de janeiro 2016);** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, as atas das sessões anteriores foram aprovadas unanimidade. -----

----- **2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que no ponto n.º 2, no Pelouro do Planeamento e Ordenamento do Território - setor do projeto em elaboração, no anterior Executivo liderado pelo senhor Presidente Alberto Santos, havia o cuidado de abrir concursos para elaboração dos projetos das obras que a Câmara Municipal estava a projetar e eram convidados os técnicos (engenheiros e arquitetos) que laboravam no concelho de Penafiel e isso atualmente deixou de acontecer. Perguntou a quem era que o atual executivo encomendava a elaboração dos projetos para a Câmara Municipal. -----

-----Relativamente às reuniões da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Penafiel, disse que estas realizavam-se às sextas-feiras, às 9h30. Já enviou alguns *mails* avisar que não podia estar presente, porque era em período de hora de trabalho. Sugeriu, se possível, que essas reuniões passarem a ser feitas a um dia da semana mas depois da hora do jantar. -----

-----Disse que na última sessão da Assembleia Municipal tinha colocado a questão de uma garagem na freguesia de duas Igreja mas havia também um processo de demolição do vizinho que foi quem apresentou queixa do proprietário da garagem. Foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que ia acontecer exatamente a mesma coisa do que ao seu vizinho. Consultando o documento da Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara, mencionava os processos judiciais em curso conforme o disposto no n.º 4, do artigo 35.º da Lei n.º. 75/2013, 12 de setembro, mas não constava o processo em causa. O senhor Presidente disse que não podia tomar medidas imediatas porque o processo estava no Tribunal, mas o processo não constava da lista da Informação Escrita. Gostava de ter informação sobre esse assunto. -----

-----Quanto às Bombeiros Voluntários, disse que a corporação de Penafiel tinha uma auto escada e quando ocorreu o incêndio na habitação do prédio do café Royal, tiveram que pedir uma auto escada à

Ata Sessão 26-02-2016

corporação de Baltar e esta não conseguiu levantar. Nessa altura o senhor Presidente da Câmara teve uma reunião com o senhor Secretário de Estado e este ficou de apoiar a aquisição de um veículo daquele género para o concelho de Penafiel. Perguntou se se confirmava e para quando a aquisição do referido veículo. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Explicou à senhora deputada Helena Rocha que a Juventude Socialista era uma estrutura partidária politicamente necessária ao concelho de Penafiel e tem-se revelado exatamente dessa maneira. Estava onde devia estar e cumpria com os objetivos para o qual foi criada. Se, no que respeitava à avenida de Galegos, se ficou com dúvidas de quem era a autoria da obra, à semelhança do que referiu o senhor Presidente da junta de Freguesia da Eja referiu na sua intervenção, a beneficiação da avenida do Carvalheiro era uma das obras virtuais desde 2009. Tinha sido prometida pelos diferentes autarcas que foram passando e poderia parecer coincidência ou não mas só depois da JS ter colocado no local o cartaz é que a obra foi executada. -----

-----Iam percebendo a falta de cuidado na manutenção do património municipal e não municipal com que o atual executivo tem pautado a sua ação. Veja-se o estado da Regeneração Urbana do Pai Alberto Santos que visava melhorar aspeto e mobilidade e hoje eram incontáveis as pedras soltas, as passadeiras esburacadas, os riscos para todos que se mobilizam sobre estes 10M de investimento. -----

-----Mas as suas palavras, em nome da bancada do PS, queriam chamar a atenção do executivo ao estado calamitoso que os pavilhões Gimnodesportivos se encontravam. -----

-----Não havia um único pavilhão dos maioritariamente financiados pela UE onde não chovesse ou cujo pavimento se encontrasse em pleno à prática desportiva. Pediam, em nome dos Penafidelenses, a manutenção devida destes equipamentos. -----

-----E já agora, davam nota que a Câmara Municipal continuasse um passo atrás do PS e portanto a reboque das situações que levantavam. Perceberam no cartaz da Avenida do Carvalheiro, demorou mas finalmente havia um pavimento em condições de utilização da via, e perceberam pelo recente cartaz junto ao Pavilhão de Galegos dando nota das soluções aos problemas urgentes de segurança que ali existiam. Esperavam que não demorasse o mesmo período que demorou a colocar o mesmo anúncio. ----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que estava plasmado na página 11 o "I Torneio Desportivo Inter - Agrupamentos Escolares", nas modalidades de Atletismo e Futebol, organização conjunta do Pelouro do Desporto e Educação e dos professores/técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

-----Logicamente que louvava a iniciativa mas permitissem questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: Os professores/técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular, não eram abonados pelo trabalho extra que fazem. O caso relatado, abrange as férias/interrupções escolares e, pelo conhecimento que tinha, participaram no evento sem qualquer tipo de gratificação. Dir-lhe-ia, e aceitava que assim fosse, que o fizeram numa perspetiva colaborativa, como culminar das



atividades que lecionam nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. No entanto, o que realmente o preocupava era o facto desses professores/técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular serem obrigados a prestar trabalho gratuito, não gratificado, durante a durabilidade anual das atividades. Refira-se especificamente às horas que esses profissionais eram obrigados, por lei, a dedicar durante todo o ano letivo às reuniões de articulação com os Departamentos Curriculares e às reuniões de avaliação de final de período e, por fim às reuniões intercalares que se realizavam a meio dos períodos. A confirmar-se esta situação, questionou o senhor Presidente, se achava esse procedimento, por parte da Câmara Municipal aceitável, se estava disposto a alterar esta conduta e, por fim, se estava disposto a compensar esses profissionais.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à intervenção do senhor deputado Luís Guimarães, relativa às mesas que foram constituídas para as eleições presidenciais, disse que a esse propósito teve todo o cuidado na organização daquele processo e apesar da Lei dizer de forma objetiva que a competência para a nomeação das mesas das eleições presidenciais era do Presidente da Câmara, procurou fazê-lo ouvindo os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Foi um processo que decorreu com toda a normalidade e de acordo com aquele que era a prática dos últimos atos eleitorais no concelho. Como era do conhecimento de todos, as eleições presidências não eram eleições de partidos e por isso, o modelo de nomeação das mesas é necessariamente diferente, os partidos não tem intervenção que têm noutros atos eleitorais por razões óbvias. Mas procuraram fazer de uma forma absolutamente correta, não só do ponto de vista legal mas também do ponto de vista do envolvimento dos senhores Presidentes de Junta. -----

-----Disse que o senhor deputado Luís Guimarães, relativamente ao ponto n.º 2 da ordem do dia, fez algumas referências que teve dificuldade em enquadrar com a informação escrita, mas mesmo assim deixa esclarecimentos sobre as mesmas. No que dizia respeito à questão dos pavilhões gimnodesportivos, referiu que já tinham alguns anos e careciam de alguma manutenção como acontecia com qualquer tipo de equipamento. Essa manutenção estava a ser feita e no que dizia respeito ao pavilhão de Galegos, a obra estava já adjudicada e prestes a iniciar-se. -----

-----No que concerne à avenida do Carvalheiro, lembrou que a obra de requalificação da referida avenida, constava no PPI para o ano de 2015, com uma previsão de 100 mil euros e que o senhor deputado Luís Guimarães votou contra nesses documentos, portanto votou contra essa mesma obra. Sugeriu que deputado não estivesse permanentemente a falar de uma obra que foi feita de acordo com um compromisso que a Câmara Municipal assumiu com a Junta de Freguesia e em relação à qual o PS votou contra. -----

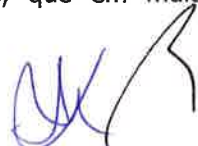
-----No que dizia respeito ao IC 35 disse ser verdade o que o senhor deputado Jesus Ferreira disse na sua intervenção, foi aprovada uma resolução na Assembleia da República para que a obra avançasse a todo o ritmo. Mas também era verdade, desde de que o concurso se iniciou nunca mais andou e portanto

desde que este Governo estava em funções o concurso parou. Esperava que aquela resolução, para dar celeridade não fosse uma resolução para travar o processo e sobretudo esperava que, a pretexto de se fazer o IC 35 em toda a sua extensão não pusesse em causa aquilo que estava já concursado e em fase de adjudicação. Honestamente, não queria crer que isso viesse a suceder, afirmava convicção naquilo que estava previsto. -----

-----Relativamente à linha urbana, ligação Novelas/Penafiel, pela Valpi, disse que, era uma ligação da estação de caminho-de-ferro da cidade de Penafiel em alguns pontos da cidade. Era a linha urbana que fazia essa ligação e foi suspensa na medida em que naquele momento estava a ser avaliada a possibilidade de no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, se puder introduzir um novo modelo de ligação aos vários pontos da cidade de Penafiel, concretamente a questão da estação de caminho-de-ferro, do hospital, centro de saúde e outros equipamentos mas com recurso a outro tipo de viatura mais amiga do ambiente, com uma maior eficiência energética e com custos mais reduzidos para o município. Estavam a avaliar essa questão para que depois se pudesse decidir aquilo que fosse mais adequado. -----

-----No que concerne à obra que estava a decorrer na EN 15, obra que ia requalificar de forma muito intensa, todo o corredor que ligava o município de Penafiel, desde a rotunda Abraço do Povo até Paredes, à ponte das Coutinhas. Obra de grande complexidade e que por isso tem exigido da parte da Câmara Municipal um acompanhamento de proximidade para que algumas das questões que iam ocorrendo ao longo da sua execução pudessem ser resolvidas. Tem-se conseguido ultrapassar alguns percalços que têm surgido e, a presença no terreno do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guilhufe e Urrô, concretamente na intervenção e articulação com os proprietários, tem sido também muito positiva. A obra estava a decorrer dentro do que estava previsto, apesar do mau tempo que se tem feito sentir ultimamente que tem trazido alguns constrangimentos para a execução da obra, mas acreditavam que dentro do prazo estabelecido a obra ia ser executada e que vai ser efetivamente concretizada. -----

-----Quanto às inaugurações referidas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelões, que recentemente tiveram lugar na sua freguesia, disse que de facto foram inaugurações importantes sobretudo porque se tratava de obras muito relevantes para aquela comunidade, algumas delas levaram alguns anos para serem concretizadas. A ampliação do cemitério foi uma questão que já o senhor deputado municipal, Ricardo Duarte, enquanto Presidente de junta, muito teve que trabalhar para ultrapassar um conjunto de obstáculos no que dizia respeito à questão dos terrenos. Também a casa mortuária, o acesso que se criou de toda aquela zona para a zona da igreja, dando ali uma nova centralidade à freguesia. O espaço do cidadão que não era só para a freguesia de Castelões mas também para todas as terras de Recezinhos e que ia permitir que aquelas populações não necessitem de se deslocar à cidade de Penafiel para tratar de documentos e tratar de assuntos, que em muitas



circunstâncias não era só descolar-se à cidade de Penafiel mas muitas das vezes também à cidade do Porto. Era claramente um ganho de qualidade de vida para toda aquela população. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, que ali falou das obras para a sua freguesia, disse que a obra para a requalificação dos sanitários, junto ao cais estava o projeto feito. O que o senhor Presidente viu plasmado na revista municipal era precisamente o projeto em 3D. Acharam que era importante partilhar com os munícipes da freguesia essa informação para que pudessem antecipar aquilo que se ia concretizar. Naquele momento, só aguardavam pela *luz verde* das entidades que tinham que se pronunciar porque tratava-se de uma zona de cheia e portanto carecia de aprovação da CCDRn e da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, mas estava tudo bem encaminhado e se não houver percalços de maior, acreditava que, em breve prazo, teriam a obra em execução. -----

-----No que dizia respeito à ampliação do cemitério de Entre-os-Rios, também essa obra havia de ser concretizada. Era uma obra que pela sua localização implicava também a obtenção de conjunto de pareceres das Infraestruturas de Portugal e de outras entidades. Estava a ser tratada, e como o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabia, porque já tinham sido feito contatos nesse sentido. Portanto, na altura certa também iria ser executada. Deu o exemplo da obra de ampliação do cemitério de Castelões, que tinha sido um processo que se arrastou durante 7 anos devido a vários fatores alheios à Câmara Municipal. Acreditava que no caso do cemitério de Entre-os-Rios não demorasse tanto tempo até que a obra se viesse a concretizar.-----

-----Quanto às intervenções das senhoras deputadas Helena Rocha e Hermínia Magalhães, disse que uma e outra intervenção estiveram focadas naquilo que tem sido passos importantes dados rumo a um maior desenvolvimento do concelho de Penafiel e a uma maior dinâmica na vida do município. Os dois concursos públicos lançados no final do ano passado para a requalificação das piscinas exteriores da cidade de Penafiel, e também da zona industrial de Recezinhos, cujo concurso avançou e estava na sua fase final. Uma e outra eram importantes intervenções, no caso das piscinas direcionadas para o lazer e para a recreação e tal como tinha assumido perante a Assembleia Municipal, a obra foi lançada e no próximo verão as piscinas iriam já estar disponíveis para serem usufruídas pelos penafidenses. Era exatamente esse o *timing* definido e a expectativa que tinham para a reabertura das piscinas exteriores do complexo da cidade de Penafiel.-----

-----No que dizia respeito à zona industrial de Recezinhos, concurso de grande complexidade, no que se refere às infraestruturas de uma zona industrial, sobretudo nos dias que correm, eram de grande exigência porque era a partir daí que se definia onde estava a competitividade e a maior capacidade de atrair empresas e por isso foi um processo muito bem desenvolvido e bem organizado para que viesse a ser um dos grandes polos de atração de investimento para aquela zona das terras de Recezinhos. Naquele momento o procedimento estava apenas aguardar o visto do Tribunal de Contas para que depois se pudesse fazer a adjudicação e as obras se pudessem iniciar o quanto antes.-----

-----Disse que no próximo dia 3 de março, o dia maior do concelho e da cidade, iriam assinar mais três contratos de investimento, contratos, esses que iam permitir ou ter como consequência a criação de 400 postos de trabalho. Naturalmente, que não tinha a pretensão de ir ali dizer que aqueles investimentos só iam ser feitos por via da ação da Câmara Municipal, aquilo que ali dizia com toda a objetividade é que havia muito empenho e trabalho da Câmara Municipal para que aqueles contratos de investimentos se pudessem vir a celebrar e que os 400 postos de trabalho que iam ser criados, e seguramente trazer uma nova esperança a muitos penafidenses que ali iam poder encontrar uma nova oportunidade de trabalho. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Jesus Ferreira sobre a Informação Escrita, disse que no que concerne às reuniões da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o senhor Presidente da Comissão tomou a devida nota e agiria em conformidade. -----

-----No que dizia respeito à autoescada, disse que logo, na sequência daquele incêndio urbano que ocorreu no final do ano, solicitaram uma reunião à Secretaria de Estado da Tutela, e foram recebidos. E o compromisso assumido foi de procurar enquadrar aquisição daquele equipamento no âmbito do quadro comunitário. Aguardavam que o senhor Secretário de Estado lhes desse retorno da conversa da referida reunião. Contudo, o prazo que foi acordado foi o mês de março, portanto estavam perfeitamente dentro do prazo. Também, o que lhes foi dito, nessa mesma reunião pelo senhor Secretário de Estado, foi que um equipamento com aquelas características e daquele valor, não deveria ser assumido pelo município na medida em que era um equipamento que depois ia integrar o dispositivo operacional do distrito para ser utilizado sempre que solicitado. O que fazia sentido que fosse apoiado em termos financeiros pela Administração Central, por exemplo, no âmbito do quadro comunitário. O município de Penafiel assumiu que estaria disponível para acompanhar, na componente nacional juntamente com a corporação de Bombeiros de Penafiel para que o equipamento ficasse localizado no quartel dos Bombeiros de Penafiel.--

-----A questão relativa à demolição em Duas Igrejas referida pelo senhor deputado Jesus Ferreira, disse que era precisamente o último ponto que constava na informação jurídica da Informação escrita, processo 116/2016.8BEPNF. Foi uma ação que foi instaurada contra a Câmara pelo ato administrativo de ordenar a demolição e portanto teriam agora que aguarda pela decisão do Tribunal para que a Câmara pudesse dar o devido encaminhamento ao processo. -----

-----Relativamente à questão dos professores das AECs e seu abono, referida pelo senhor deputado Salgueiro Macedo, disse que a informação que tinha do senhor Vereador que tutelava a área da educação, é que os professores eram efetivamente abonados no período de férias, em que não tinham atividade letiva mas que eram abonados em conformidade. Estavam a cumprir escrupulosamente com as regras e com a Lei, que era o que lhes cabia fazer. -----

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno com**



260,00m2, constituindo parte do traçado do caminho público hoje conhecido por Travessa da Igreja, na freguesia de Croca, com início na confluência entre esta Travessa com a Rua da Igreja (CM 1285) e prolongando-se de norte para sul, numa extensão de 97,00 metros, a confinar de norte com Rua da Igreja (CM 1285), de nascente com Câmara Municipal de Penafiel, de sul com Francisco Manuel Gomes Cardoso e do poente com Herdeiros de Arménio Magalhães Cabral, nos termos do disposto na al. q) do n.º1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Croca: Disse que era com grande prazer que finalmente iam ter cemitério na freguesia de Croca. E como dizia o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, os funerais em Croca não iam ser virtuais, eram ser mesmo reais. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de resolução de expropriação por utilidade pública, de uma parcela de terreno sita na freguesia de Guilhufe e Urrô, concelho de Penafiel, com a área de 89,39m2, a confinar de norte, sul e nascente com Maria Adelina Vieira de Magalhães e Menezes e de poente com Caminho Municipal, melhor devidamente identificada na planta cadastral anexa, a desanexar do prédio rústico, a pinhal e mato, sito no lugar de Monte da Cabrita, da freguesia de Guilhufe e Urrô, deste concelho, como tendo a área de 9.990,00, confina de norte com Rio Sousa e limite de freguesia e concelho, de sul com Barão das Lages (Herd.) e outro, de nascente com José Henrique Garcia e outro e de poente com Ana de Jesus Moreira da Rocha P. e outro, inscrito na respetiva matriz sob o art.º 984.º, da freguesia de Guilhufe e Urrô (correspondendo ao art. 1225.º da anterior matriz rústica de Guilhufe e que, por sua vez, deu origem ao art.º 1096.º) e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1702/Guilhufe, destinada à execução da obra denominada "Pavimentação da Rua da Fonte da Cabrita (2ª Fase – Freguesia de Guilhufe e Urrô) ", nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 12.º e n.ºs 2 e 3, do artigo 14.º, do artigo 15.º e do artigo 19.º do Código das Expropriações, na sua redação atual; -----**

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 1ª Alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----**

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de uma exploração pecuária, localizada no Lugar de Ponte Nova, Freguesia de Rans, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é Eugénio António da Cunha Rocha, ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 9895DBU/15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU era a favor das legalizações de tudo o que existia no concelho de Penafiel de caráter clandestino. Não conhecia a exploração em causa, apenas a viu através do *google* e através dos mapas que foram fornecidos aquando o envio da documentação, e chamava atenção, uma vez que a exploração estava inserida num pequeno aglomerado urbano e por essa razão o sentido de voto da CDU era a abstenção. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com uma abstenção.

----- **7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de uma exploração pecuária, localizada na Rua António Furtado Mendonça, 12, Lugar de Ordins, Freguesia de Lagares e Figueira, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é António Aníbal Coelho Nogueira, ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 10212DBU15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com uma abstenção.

----- **8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de um estabelecimento de atividade industrial, localizado no Lugar de Guimarães, Freguesia de Cabeça Santa, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é Metalúrgica António Loureira, ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 11050DBU/15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Alertou no que dizia respeito aos documentos fornecidos, uma vez que se tratava da regularização de um estabelecimento de atividade industrial e que na informação técnica por lapso referia: "*Propõem-se superiormente que seja submetido o presente pedido ... o reconhecimento do interesse público municipal na regularização da exploração pecuária da requerente ...*" Chamou atenção para a sua correção, uma vez que se tratava da regularização de um estabelecimento de atividade industrial. -----



----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Presumia que fosse um lapso de escrita que ia ser devidamente corrigido.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do interesse público municipal na regularização de um estabelecimento de atividade de revelação e aproveitamento de massas minerais - instalação de resíduos da indústria extrativa, localizado no Lugar de Vilar, Freguesia de Abragão, Concelho de Penafiel, cujo proprietário é Granitos M. V. Pinto, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Proc. 11110DBU15, para os efeitos previstos na al. a), do n.º 4 do art.º 5, do Decreto-Lei nº 165/2014 de 5 de novembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- — O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU também não se opunha à regularização daquele tipo de empresas, de qualquer modo, chamava atenção porque havia uma parte muito significativa da empresa em área de Reserva Ecológica Nacional. Não tinha conhecimento se a Câmara Municipal tinha ou não recolhido algum parecer daquela entidade, no entanto deixava aquele alerta. ----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que participação da Assembleia Municipal era só de reconhecimento do interesse público e depois era uma questão de tramitação, mas com certeza esse alerta iria ser tido em conta.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel a Maria Adelaide Ferreira Galhardo Brandão Rodrigues dos Santos, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 18 de fevereiro de 2016;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- **11.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atribuição de Medalha de Ouro do Concelho de Penafiel, a Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho, ao abrigo do disposto no artigo 2.º do Regulamento para Atribuição de Medalhas Honoríficas, aprovada por unanimidade, em reunião do Executivo de 18 de fevereiro de 2016;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Fez um ponto de ordem à mesa. Recordava-se já no passado houve algum debate acerca da atribuição de medalhas. Disse que estavam a votar nomes de pessoas e votarem daquela forma não lhe parecia muito correto. Achava que quando se votasse nome de

pessoas devia ser por voto secreto. Era fácil perceber, se houvesse pessoas que se quisessem prenunciar contra, numa plateia como era a Assembleia Municipal tornava-se difícil. Achava que era necessário reequacionar, no sentido de quando as votações envolvessem nomes individuais de pessoas a votação deveria ser por voto secreto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que a mesa registou o ponto de ordem, no entanto estavam aplicar e cumprir o regulamento em vigor, contudo não tinham nada contra que se pudesse votar da forma sugerida pelo senhor deputado. Deixava isso ao critério do impulso de quem entendesse por bem. -----

----- 12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição dos seguintes benefícios, de acordo com os termos da minuta de contrato de concessão de apoio ao investimento a celebrar entre o Município de Penafiel e JPAGEST, SGPS, SA, JAPIMOBILI – Gestão Imobiliária, SA e JAPBLUE – Comércio de Automóveis, LDA: -----

----- isenção da cobrança do imposto municipal de imóveis (IMI), por um período de 5 anos, à sociedade JAPIMOBILI – Gestão Imobiliária, SA; -----

----- isenção da cobrança de do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativamente ao imóvel onde foi realizado o respetivo investimento, à sociedade JAPIMOBILI – Gestão Imobiliária, SA; -----

----- isenção da cobrança da taxa de emissão do alvará nº 72/15 emitido em 21/04/2015, no valor de 9.997,86€, à sociedade JAPIMOBILI – Gestão Imobiliária, SA; -----

----- isenção da cobrança da taxa de derrama, por um período de 5 anos, à JAPBLUE, Comércio de Automóveis, Lda., para efeitos previstos no artigo 8.º, do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico (RCAIE) e do n.º 2, do artigo 16º, da Lei 73/2013 de 3 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que na sua intervenção ia referir-se aos pontos n.ºs 12 e 13 em simultâneo. O que se estava a discutir era dar autorização à Câmara Municipal que as empresas do grupo JAP, que englobava a Audi, a Wolkswagen e a Reunault não pagassem impostos nem taxas ao município. Andavam ali a batalhar há alguns anos, sobre as taxas que eram avultadas para as populações do concelho de Penafiel, e agora, inadmissivelmente, é-lhes pedido que isentassem de impostos e pagamento de taxas à Câmara Municipal aquelas empresas.-----

-----O ponto n.º 13 é exatamente a mesma coisa, só que neste caso era um hospital, ou seja, do mesmo grupo da Clínica Arrifana de Sousa, que era privada, e quem recorria aos seus serviços pagava por exemplo, numa consulta urgente 70 euros. Não lhes parecia justo que as pessoas, que viviam de salários mínimos nacionais, que quando construíam a sua habitação própria tivesse que pagar avultadas

taxas e se fosse, agora, isentar empresas de grande porte, com lucros avultados. A CDU ia votar contra naqueles dois pontos.-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que o PS, à semelhança de outros contratos de apoio ao investimento já aprovados, estava a favor de que se concedesse apoios a entidades que criassem empregos. Já não estavam tão de acordo, mas concordavam com algum apoio, achando que a Câmara Municipal deveria diferenciar o apoio que dava, à criação de postos de trabalho, que não emprego. Era o caso do call center, da maior empregadora nacional de trabalho temporário. -----

-----Relativamente às propostas em concreto, queria dar uma justificação porque o voto que iam fazer, divergia do voto assumido pelos senhores vereadores do PS na reunião de Câmara uma vez que a proposta apresentada à Câmara apresentava lapsos, com uma justificação e uma apresentação que não se compreendia. Entretanto todos receberam uma errata a corrigir as questões e assim sendo iam votar favoravelmente aqueles pontos. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 3 votos contra.

----- **13.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição dos seguintes benefícios, de acordo com os termos da minuta de contrato de concessão de apoio ao investimento a celebrar entre o Município de Penafiel e HAS – Hospital Arrifana de Sousa, SA.:** -----

----- - isenção da cobrança da taxa de derrama, por um período de 10 anos; -----

----- - isenção da cobrança de taxas municipais, no valor de 20.259,74€, para efeitos previstos no artigo 8.º, do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico (RCAIE) e do n.º 2, do artigo 16º, da Lei 73/2013 de 3 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 3 votos contra. -

----- **14.º Ponto — Conhecimento das minutas das atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público.-----

-----Ninguém se inscreveu.-----

-----No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.-----

----- 